

Diploma de jornalismo: uma garantia para a sociedade e para a democracia



» ALLAN SOLJENÍTSIN BARRETO RODRIGUES
Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ), docente do do curso de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

A retomada do debate sobre a obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo não deve ser tratada como uma reivindicação corporativa. A questão mais importante não é o que jornalistas ganhariam com a exigência, mas o que a sociedade ganha quando aqueles que exercem profissionalmente o jornalismo possuem formação específica para fazê-lo.

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal derrubou a obrigatoriedade sob o argumento de que ela seria incompatível com a liberdade de expressão. Dezesete anos depois, o assunto volta ao debate em um cenário radicalmente diferente, marcado pelas redes sociais, pela desinformação em escala industrial e pela inteligência artificial capaz de produzir textos, imagens, áudios e vídeos falsos em poucos segundos.

É preciso, porém, desfazer uma confusão que acompanha essa discussão: liberdade de expressão e exercício profissional do jornalismo são coisas diferentes. Todo cidadão deve ter o direito de manifestar opiniões, criar canais, publicar textos e vídeos, denunciar problemas e participar do debate público sem possuir diploma. Jornalistas, entretanto, não são contratados simplesmente para dizer o que pensam. São profissionais encarregados de apurar acontecimentos, verificar informações, confrontar versões, ouvir fontes,

interpretar documentos e contextualizar fatos.

A nossa Constituição distingue a liberdade de manifestação do pensamento da liberdade de informação jornalística. Esta última é exercida profissionalmente e tem como destinatário final não o jornalista, mas o cidadão.

A experiência desde 2009 também demonstra que retirar o diploma não ampliou a liberdade de expressão dos brasileiros. Da mesma maneira, quando a formação era obrigatória, ninguém precisava ser jornalista para escrever artigos, conceder entrevistas, participar de programas ou manifestar suas opiniões.

Também não convence reduzir a defesa do diploma à legislação criada durante a ditadura. Defender hoje a formação superior não significa restaurar uma norma autoritária de 1969. Significa construir, democraticamente, uma regulamentação profissional adequada ao século 21.

O diploma, evidentemente, não garante bom jornalismo. Existem maus profissionais diplomados em qualquer área. Sua finalidade é outra: estabelecer um patamar mínimo e público de qualificação. Nos cursos de Jornalismo, estudantes aprendem técnicas de reportagem, investigação e verificação, além de ética, legislação, direitos humanos, política, economia, ciência e tecnologias digitais. Portanto, não é o pedaço de papel que importa, mas a formação que ele certifica.

A pergunta correta, então, não é “por que jornalistas precisam de diploma?”, mas “por que a sociedade precisa de jornalistas qualificados?”

Uma informação jornalística pode atingir uma reputação, revelar corrupção, fiscalizar recursos públicos, interferir no debate eleitoral ou orientar a população durante uma emergência. A pandemia mostrou de maneira dramática como informações verificadas e desinformação podem produzir consequências concretas para a sociedade.

Na era da inteligência artificial, essa responsabilidade aumenta. O diploma não impedirá fake news, mas profissionais precisam estar preparados para verificar imagens, dados e documentos, identificar manipulações e compreender os mecanismos de produção e circulação da desinformação.

Exigir formação também não significa impedir cientistas, indígenas, comunicadores populares ou cidadãos de produzirem conteúdo e narrarem suas realidades. Regular uma profissão não pode significar regulamentar o direito à palavra. Ao jornalista cabe justamente ouvir a diversidade da sociedade e fazer suas diferentes vozes circularem no espaço público.

Há ainda um paradoxo: retirar a exigência pública de qualificação não elimina o poder de decidir quem pode trabalhar como jornalista nas empresas. Apenas transfere essa decisão, essencialmente, para os empregadores. Por isso, a discussão sobre o diploma precisa ser colocada onde realmente importa: no direito da sociedade à informação qualificada.

Democracias não dependem apenas de eleições. Dependem de cidadãos capazes de tomar decisões com base em informações confiáveis e de profissionais preparados para fiscalizar governos, instituições e demais centros de poder.

A liberdade de expressão garante a todos o direito de falar. A formação em jornalismo procura assegurar que aqueles que assumem profissionalmente a responsabilidade de informar saibam apurar, verificar, contextualizar e responder pelo que publicam.

Por isso, a obrigatoriedade do diploma não deve ser entendida como privilégio dos jornalistas. Ela interessa principalmente aos milhões de cidadãos que nunca entrarão em uma redação, mas dependem do jornalismo para compreender a realidade, fiscalizar o poder e exercer plenamente sua cidadania.

Maria Elisa Costa: História e legado



» SILVESTRE GORGULHO
Jornalista, foi secretário de Estado de Comunicação e secretário de Cultura de Brasília

O tempo tem carícias com as coisas velhas”, presentia Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas ou Cora Coralina (1889-1985). Hoje, 66 anos depois da inauguração, Brasília vive uma realidade: participantes de sua construção estão em outro patamar. Os artistas construtores, todos eles, já se foram. O legado de JK, Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Joaquim Cardozo, Athos Bulcão, Mariane Perretti, Burle Marx, Ceschiatti e Bruno Giorgi está aí para a gente celebrar e respeitar. Dia 25, terça-feira, partiu uma das mais importantes coadjuvantes da criação e da construção de Brasília, a arquiteta Maria Elisa Costa, filha de Lucio Costa.

Maria Elisa se une a outros personagens que ajudaram a colocar Brasília de pé: Israel Pinheiro, Ernesto Silva, Augusto Guimarães, Carlos Magalhães da Silveira, Jofre Mozart Parada e Moacyr Gomes de Souza. A escolha do projeto do Plano Piloto foi feita em 16 de março de 1957. A construção, mesmo, começou em abril. Vamos voltar três meses antes.

Tardinha de uma segunda-feira, 4 de fevereiro de 1957. Maria Elisa, com 22 anos, cursava a Faculdade Nacional de Arquitetura. Tão logo Maria Elisa entra no apartamento, ouve a voz do pai: — Minha filha, vem aqui que quero mostrar “uma coisa”.

Ela chega, cheia de livros e cadernos, e não dá lá muita importância para a “coisa”. A “coisa” era, simplesmente, o primeiro esboço da Asa Sul de Brasília, a lápis com toques de cor e com anotações manuscritas. Na escala de 1/25.000, como o projeto foi apresentado no concurso.

Ela ainda ouviu seu pai descrever a nova capital, tim-tim por tim-tim. Quando terminou, lembra Maria Elisa: “Papai, com a camisa encharcada de suor, expôs pela primeira vez em palavra falada, a sua criação solitária. Sim — continua ela — porque o projeto de Brasília foi feito por ele sozinho, em casa. Fui a primeira pessoa a saber como seria nossa capital”.

Aquela revelação — uma descoberta que mudaria a história do Brasil e o conceito de urbanismo no mundo — continha um conteúdo único e um vislumbre singular de esperança e de revolução. Ela mesmo explica:

“Quando lembro desse momento ímpar, o que mais me surpreende é que não achei nada de extraordinário. Tudo aquilo me parecia simplesmente normal: mudar a capital, inventar uma cidade... tudo! O próprio fato de o meu pai ter feito o projeto sozinho em casa, desenhado a mão livre e em escala, para mim, não foi surpresa. Era esse o jeito dele.”

A montagem do projeto do Plano Piloto para inscrição no concurso foi outra epopeia artesanal. “Fizemos a montagem em pranchas de cartolina, espalhadas no chão, com a ajuda de minha irmã Helena e de nossa prima Nadja, sob rígida orientação do ‘inventor’. Detalhe por detalhe. A gente ia colando aquelas preciosas páginas nas cartolinas com anezinhos de fita adesiva”.

O projeto tinha cinco pranchas, uma com o belo desenho da cidade em escala de 1/25.000, a nanquim e colorido com lápis de cor. E, mais quatro, com o texto da Memória Descritiva datilografado, ilustrado com impecáveis croquis, também desenhados a nanquim, alguns com leves toques de cor aqui e ali. À exceção da datilografia, tudo foi feito pessoalmente por Lucio Costa sem a ajuda de ninguém.

A própria Maria Elisa conta: “Fomos para a cidade de carro, meu pai dirigindo. Parou junto à entrada do Ministério da Educação. Minha irmã e eu descemos e entregamos as cinco pranchas na sobreloja. Falta-vam 10 minutos para terminar o prazo. Pegamos o pequeno protocolo de número 26 e entregamos para meu pai. Era 11 de março de 1957”. A partir daí, foi a saga da construção.

Desde aquele 4 de fevereiro, Maria Elisa Costa nunca mais se desgrudou de Brasília. Acompanhou tudo. Era a “mãe” cuidando da ‘filha’, como membro do Conselho de Arquitetura e Meio Ambiente, como presidente do Iphan ou atendendo solicitações diversas dos governadores de Brasília.

Passaram-se os anos. E lá estava Maria Elisa Costa na luta para defender a capital em duas situações opostas e adjacentes: de um lado, a extensa área urbana em expansão e, de outro, o Plano Piloto a ser preservado. Ela tinha a noção exata de que uma coisa é gerenciar o desenvolvimento urbano da cidade em expansão. E outra, bem diferente, é assegurar a preservação de seu núcleo original.

Explica ela: “O centro histórico da capital é a área delimitada pelo divisor de águas da Bacia do Paranoá. Toda e qualquer intervenção nessa área, mesmo não sendo localizada dentro do perímetro tombado ou em seu entorno direto, deve ser compatível com o texto original da Portaria 314 do Iphan. Tem que ser fiscalizada. Toda e qualquer intervenção nessa área deve passar por uma comissão técnica permanente de alto nível, criada para esse fim. E que tenha com poder de veto”.

A eterna guardiã do dr. Lucio reacendeu em nosso espírito o sentido da preservação e ajudou a moldar a beleza de Brasília.

Obrigado, Maria Elisa Costa.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



O elo que faltava



» BRUNO SINDONA
Presidente do Instituto das Cidades

Deficit habitacional e centros urbanos esvaziados costumam ser tratados como problemas separados. Não são. O primeiro pressiona famílias e amplia desigualdades. O segundo deteriora áreas centrais, reduz arrecadação, aumenta a sensação de abandono e desperdiça infraestrutura já instalada.

Quando olhamos a cidade pelo avesso, percebemos que um prédio vazio no centro não é apenas um imóvel sem uso. É fundação pronta, rede de água, esgoto, energia, transporte e equipamentos públicos já pagos pela sociedade. Em muitos casos, é moradia esperando ser reconectada à cidade.

Foi por isso que a decisão da Caixa Econômica Federal de criar uma modalidade de retrofit integrada ao Minha Casa Minha Vida merece atenção. Não se trata apenas de mais uma linha de crédito. Trata-se de aproximar um problema histórico de uma solução que estava diante de nós havia décadas.

O Brasil ainda possui um deficit habitacional de 5,77 milhões de domicílios, segundo a Fundação João Pinheiro. Embora seja o menor número da série histórica, ele continua representando milhões de famílias sem acesso adequado à moradia.

Ao mesmo tempo, os centros das grandes cidades perderam dinamismo ao longo de muitos anos. Não por causa do home office, mas por uma mudança mais profunda: empregos, investimentos e valorização imobiliária migraram para novos vetores urbanos, deixando para trás edifícios que não acompanharam as transformações econômicas.

Durante décadas, a política habitacional brasileira foi guiada pela lógica do terreno barato. Construía-se onde a terra custava menos, geralmente longe do emprego, do transporte e dos serviços públicos. Entregávamos a casa própria e, junto com ela, uma rotina de horas perdidas em deslocamentos.

Segundo o IBGE, moradia somada a transporte consome parcela significativa do orçamento das famílias brasileiras. Mas o custo mais alto não é apenas financeiro. É o tempo perdido, especialmente pelos trabalhadores de menor renda.

O retrofit permite inverter essa lógica. Em vez de empurrar a população para áreas cada vez mais distantes, ele utiliza a cidade que já existe. Coloca moradia perto do emprego, do transporte e da infraestrutura, reduzindo deslocamentos e aumentando qualidade de vida.

Há, também, um componente ambiental relevante. A construção civil responde por parcela expressiva das emissões globais de carbono. Quando um edifício é demolido para que outro seja erguido, perde-se o carbono já incorporado na estrutura e gera-se grande volume de resíduos. Reaproveitar a estrutura existente reduz emissões, entulho e consumo de materiais.

Isso não significa que todo retrofit seja mais

barato. Cada projeto precisa ser analisado individualmente. A vantagem aparece quando o imóvel é adquirido por preço adequado e possui estrutura aproveitável. Nesse cenário, evita-se justamente a parte mais cara de uma obra nova: fundação, concreto e aço.

O grande obstáculo sempre foi o capital inicial e o risco do empreendimento. A linha da Caixa avança exatamente nesse ponto ao permitir o financiamento da aquisição do imóvel e antecipar recursos em fase mais sensível do projeto. O crédito deixa de ser apenas financiamento e passa a funcionar como mecanismo de destravamento.

O debate sobre retrofit não é apenas imobiliário. É uma discussão sobre produtividade, gasto público e eficiência urbana. Cada família que volta a morar perto do trabalho reduz pressão sobre o transporte, diminui custos sociais e aproveita uma infraestrutura que já foi paga pela sociedade.

O mais importante, porém, é a mudança de visão. O retrofit conectado ao Minha Casa Minha Vida não é apenas uma política habitacional. É uma política de reocupação inteligente da cidade.

Ele enfrenta o deficit usando infraestrutura já existente, aproxima pessoas do trabalho, reduz custos urbanos, diminui emissões e devolve função social a imóveis abandonados.

Os melhores caminhos raramente são os que começam do zero. São os que reconhecem o valor do que já existe e têm inteligência para transformá-lo.

O Brasil está, enfim, começando a fazer isso com suas cidades. E faz bem.